


## **Analisando os currículos das licenciaturas da Universidade Federal do Maranhão no tocante à temática gênero**

### **Analyzing the curriculum of graduation courses at the Federal University of Maranhão in terms of thematic gender**

### **Analizando los curricular componentes de las carreras de pregrado de la Universidad Federal de Maranhão en términos de género**

*Lana Lisiêr de Lima Palmeira<sup>1</sup>  
Erica Bianco de Souza Queiroz<sup>2</sup>*

 <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17609>

**Resumo:** Este trabalho é fruto de dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e buscou realizar uma análise dos currículos das licenciaturas da Universidade Federal do Maranhão, inferindo-se como estão sendo trabalhadas a temática de gênero, com centralidade nas mulheres. No prisma metodológico, lançou-se mão da pesquisa documental, acessando site institucional dessa universidade, utilizando a Análise de conteúdo de Bardin (2016) para análise dos dados encontrados, os quais apontam que a presença das questões de gênero ainda é insuficiente nesses currículos, sendo necessário que a temática passe a sair do imaginário, bem como do prisma teórico e venha permear diretamente as práticas educacionais e sociais. O referencial teórico utilizado parte dos clássicos aos contemporâneos da Educação, como Michael Apple, Henry Giroux, Moreira e Silva, Goodson, dentre outros.

**Palavras-chave:** Componentes Curriculares; Educação; Mulher.

**Abstract:** This work is the result of a master's thesis from the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Alagoas and sought to carry out an analysis of the curriculum of graduation courses at the Federal University of Maranhão, inferring how the theme of gender is being worked on, with centrality in women. From a methodological perspective, documentary research was used, accessing this university's institutional website, using Bardin's Content Analysis (2016) to analyze the data found, which also points out that the presence of gender issues is insufficient in these curriculum, It is necessary for the theme to leave the imagination, as well as the theoretical prism, and directly permeate educational and social practices. The theoretical framework used ranges from the classics to the contemporaries of Education, such as Michael Apple, Henry Giroux, Moreira e Silva, Goodson, among others.

**Keywords:** Curricular Components; Education; Woman.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9538287578494559>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0443-7245>. Contato: [лана.palmeira@fda.ufal.br](mailto:лана.palmeira@fda.ufal.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9415260290835145>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4566-1593>. Contato: [erriocabianco@gmail.com](mailto:erriocabianco@gmail.com)

**Resumen:** Este trabajo es resultado de una tesis de maestría del Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Federal de Alagoas y buscó realizar un análisis de los planes de estudio de las carreras de pregrado de la Universidad Federal de Maranhão, infiriendo cómo se está trabajando el tema de género. adelante, con centralidad en las mujeres. Desde una perspectiva metodológica se utilizó la investigación documental, accediendo al sitio web institucional de esta universidad, utilizando el Análisis de Contenido de Bardin (2016) para analizar los datos encontrados, los cuales indican que la presencia de las cuestiones de género aún es insuficiente en estos currículos, siendo necesaria para la temática. salir de la imaginación, así como del prisma teórico, e impregnar directamente las prácticas educativas y sociales. El marco teórico utilizado abarca desde los clásicos hasta los contemporáneos de la Educación, como Michael Apple, Henry Giroux, Moreira e Silva, Goodson, entre otros.

**Palabras clave:** Componentes Curriculares; Educacion; Mujer.

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal, o princípio de igualdade está previsto no artigo 5º e diz expressamente que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Portanto, um questionamento central e norteador que esta pesquisa estabelecerá em comparação com os marcos legais é: o que, de fato, mostra a realidade social, mais especificamente no campo educacional, no que diz respeito à essa igualdade?

Gomes (2023), por exemplo, apresenta-nos reflexões acerca das lutas pela igualdade na educação, ressaltando a importância de se ter uma educação pública, laica, democrática e de qualidade, conforme preceitua a Constituição Federal, observando-se que nesta perspectiva, as reivindicações teriam conquistados avanços significativos, mas “é preciso avançar mais e sair da armadilha do discurso universal que teme as diferenças e as exclui e entendê-las como constituintes da democracia”. (GOMES, 2023, p. 3). Assim, considerando a questão educacional como uma categoria fundamental para fomentar uma mudança social mais profunda, entendemos que analisar como vem se incorporando os estudos de gênero nos cursos superiores é compreender um dos elementos que impactam diretamente nas desigualdades que afetam a totalidade social.

Enfatizando as desigualdades em oportunidades educacionais, tem-se que, segundo os dados da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino, embora em 2019, as mulheres fossem maioria nas inscrições para o processo seletivo do Exame Nacional do Ensino Médio, bem como as que mais concluem o ensino superior (a nível de graduação e pós-graduação), elas ainda representam a minoria em cargos de maior hierarquia, como a docência no ensino superior, por exemplo – sendo esta última liderada quase que majoritariamente por homens.

Através do Educa IBGE, em estudo intitulado “Mulheres brasileiras na educação e no trabalho”, há a constatação de que apesar das muitas transformações ocorridas ao



longo do último século – dentre as quais estão a participação das mulheres no mercado de trabalho, aumento da escolarização e maior acesso à informação na sociedade – as mesmas seguem acumulando funções relacionados à casa, ou seja, seguem dedicando relativamente mais tempo aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas quando comparado aos homens. No entanto, o dado que mais chama atenção é que, apesar do dispêndio de tempo nas tarefas domésticas, 19,4% das mulheres com 25 anos ou mais concluíram o ensino superior, contra 15,1% de homens para a mesma faixa etária.

Nessa perspectiva, mesmo com dificuldades nítidas, os avanços para reposicionar as mulheres na sociedade só foram possíveis devido aos esforços das próprias mulheres na luta em defesa dos direitos humanos, o que demonstra a importância central em se falar sobre gênero e debater constantemente tais assuntos nas mais diversas arenas público-sociais. É justamente este o intuito do presente trabalho, ou seja, no âmbito educacional, compreender como os professores, possuindo um papel fundamental enquanto “intelectuais transformadores que combinam a reflexão e prática acadêmica a serviço da educação dos estudantes para que sejam cidadãos reflexivos e ativos” (Giroux, 1997, p. 158), estão abordando a temática de gênero em sala de aula e como os currículos estão norteando esta prática.

Assim, este trabalho tem como foco a realização de uma investigação em torno da presença da temática de gênero nos currículos das licenciaturas da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, buscando responder a seguinte questão: quais são os cursos que possuem a temática de gênero em suas ementas e em seus Projetos Políticos Pedagógicos?

Ressalta-se, por oportuno, que o recorte da Universidade Federal de Maranhão foi devido a ser esta a universidade do nordeste brasileiro com maior quantidade de licenciaturas existentes, uma vez que o foco da observação almejada aqui fora o Nordeste. Dessa forma, assumindo o presente estudo a natureza qualitativa, lançou-se mão da Análise de Conteúdo de Bardin (2016) como método que objetiva a inferência de conhecimentos pertinentes às condições de produção e recepção das mensagens enunciadas.

Nesse sentido, o presente trabalho contempla, além dessa introdução, duas seções. Inaugurando a discussão, evidenciamos a conceituação de currículo, sua importância e seu papel na Educação e na sociedade, bem como as disputas de poder e questões acerca de neutralidade e impacto social. Na segunda seção apresentamos uma detalhada análise dos currículos da Universidade Federal do Maranhão e de que forma o elemento “gênero” está presente nele.



Em termos de conclusão, a partir da análise de cursos, disciplinas, ementas e Projeto Político Pedagógico, podemos evidenciar, como resultados centrais, que nos cursos da universidade analisada a disciplina que cumpre o papel de discutir a questão ligada à gênero é intitulada “Educação Para a Diversidade”, aparecendo de forma ainda diminuta. Importante registrar também que não há nenhuma obrigatoriedade para a discussão de gênero nos cursos ora estudados, o que torna a abordagem sempre a critério do(a) docente, sem garantia de sua execução. Notamos, ainda, uma maior concentração de cursos e disciplinas dedicados aos estudos de gênero na grande área das ciências humanas e sociais, ao tempo em que fica evidente como tal estudo se torna ausente ou pouco valorado nas demais áreas de conhecimento, o que parece ser fruto de uma construção histórico-social cujo paradigma não fora ainda rompido.

## **2. TEORIZANDO O CURRÍCULO E SUAS IMPLICAÇÕES COMO ELEMENTO FORMATIVO**

Para analisar o currículo, precisamos conceber inicialmente que ele se trata de um reflexo do seu tempo, espaço e história (GIROUX, 1988), ou ainda, para usar as palavras de Apple (1989) a partir de uma interpretação de Macherey, é preciso questionar no currículo os silêncios evidenciados para descobrir quais os interesses ideológicos que se encontram em atividade. Em Goodson (1997, p. 17), percebemos que “O currículo escolar é um artefacto social, concebido para realizar determinados objectivos humanos específicos (...)”. Continua o autor que, no entanto, embora o currículo manifeste as construções sociais, tem sido tratado como um dado e, mais grave ainda, um dado neutro. Entretanto posicionamo-nos junto aos que defendem não haver nada de neutro no currículo e que sua elaboração está profundamente vinculada às relações sociais de poder.

Uchôa, Chaves e Pereira (2021, p. 63) conceituam currículo como aquilo que “[...] se relaciona com a produção do conhecimento, seguindo uma acepção de freireana é a política, a teoria e a prática do que fazer na educação, entendimento que reconhece a vocação humana para o ser mais, como sujeito inconcluso, inacabado e histórico”. Tendo o currículo como uma invenção de uma sociedade ocidental, com proposta e finalidade de disciplinar o indivíduo e moldá-lo a partir de costumes, crenças e valores esperados e criados por uma elite, tornando assim, um novo modelo de sociedade (POPKEWITZ, 1994), de forma sutil as instituições produzem a educação que lhe convém, segundo suas



próprias regras e segregações, já que o currículo é um construto moldado por disputas e interesses políticos, não sendo neutro ou ingênuo.

Moreira e Silva (1999) discorrem que tais transformações impactantes são precedidas, já nos anos setenta, pelo surgimento dos reconceitualistas do currículo, que se opõem de maneira absoluta ao caráter dominante e hegemônico do currículo. Nesse contexto, surgem as vertentes ligadas ao neomarxismo e à tradição humanista e hermenêutica que buscam fundamentar uma teoria educacional crítica. Bem como demonstrado anteriormente, que as linhas de pensamento mais tradicionais da educação sofriam divergências, tais vertentes críticas do currículo também se opunham umas às outras: neomarxistas criticavam os humanistas por sua visão pouco preocupada com a relevância das estruturas e bases sociais; humanistas criticavam os neomarxistas por desconsiderarem as especificidades das relações sociais, vinculando tudo às estruturas de classe. E quando abordamos a temática de classe, não podemos dissociá-la de gênero e raça, sendo estes conteúdos interseccionais. A interseccionalidade emerge como uma ferramenta política que reconhece a conexão entre os temas, compreendendo que lutar com um implica necessariamente lidar com os outros, sendo, portanto, interligados. Por exemplo, não podemos abordar as questões que envolvem a mulher, concentrando-nos em apenas em demandas específicas do feminismo, sem refletir, por exemplo, sobre a mulher negra e as lutas que concernem a sua raça. O termo “interseccionalidade” foi cunhado por Akotinere (2019), defendendo a valorização das diferentes vozes e experiências dentro do movimento feminista. Tal discussão nos é importante para a compreensão das lutas que recobrem a construção do currículo, e como as transformações sociais podem reconfigurar o campo e as preocupações com a educação.

Dessa forma, aliado a estes e outros autores, podemos indicar que o currículo é um instrumento de poder, seja para manutenção de contextos de poder que interessa a grupos dominantes, seja como instrumento desejado para grupos subordinados que lutam por visibilidade, reconhecimento e transformação (onde podemos aplicar a questão de gênero). Os autores que aqui contribuem para análise também sinalizam que esse processo de maneira alguma é cristalino; não há, assim, uma dicotomia entre “bem” ou “mal”, ou uma concepção de currículo dotado de uma ideologia falsa do conhecimento ou conhecimento verdadeiro (como apresentou Althusser na primeira parte de seu ensaio), mas sim uma relação plural, em variadas direções/caminhos, com diversas forças que mutuamente se confrontam por legitimidade. “Que um currículo, como linguagem, é uma prática social, discursiva e não-discursiva, que se corporifica em instituições, saberes,



normas, prescrições morais, regulamentos, programas, relações, valores, modos de ser sujeito.” (CORAZZA, 2001, p. 10).

A função de todas aquelas e aqueles interessados em desmistificar a transmissão de conhecimento é, essencialmente, a investigação de a quem esse conhecimento “oficial”, expresso no currículo, representa, privilegia. O bastante difundido conceito de currículo oculto poderia, dessa forma, conceber o oculto do currículo? Ou seja, aquilo que ocorre de maneira obscura, velada, em sua construção? É preciso reconhecer as dificuldades em se revelar certos aspectos ocultos nessa lógica: “Um dos problemas fundamentais com que nos deparamos é a forma como os sistemas de dominação e de exploração persistem e se reproduzem sem serem conscientemente reconhecidos pelas pessoas.” (APPLE, 1989, p. 53-54). Tomando novamente emprestadas as contribuições de Moreira e Silva (1999), o ideal é, para além desta identificação, montar estratégias que sejam capazes de conceber a participação de outros grupos na construção de um currículo, um currículo, de fato, alinhado à realidade do mundo social e sua diversidade, dotada de diferentes classes, etnias, gêneros, entre outros, tal qual Apple (1999) defendeu, ou seja, uma educação que não fosse, em suas palavras, “divorciada” da realidade e que se colasse, enfim, diante do contexto de desigualdade das relações de poder.

A importância de estabelecermos essa discussão inicial sobre currículo reside na compreensão de que há um embate onde podemos, a princípio, nos posicionar. De um lado, um pensamento conservador de educação que não reconhece a diversidade de relações sociais, que busca padrões morais sob a roupagem tecnicista previamente delimitados e sem margem para uma construção coletiva do conhecimento que envolva estudantes, professores e suas realidades e visões de mundo; de outro, como ainda aponta Giroux (1988), nos deparamos, por vezes, com críticas radicais ao currículo, que não reconhecem a possibilidade de uma luta contra-hegemônica, caindo na armadilha de uma crítica repetitiva e sem vislumbrar possibilidades de uma libertação futura.

Silva et. al (2021, p. 19) corrobora com a ideia de combate aos mecanismos de poder incutidos através do currículo, reforçando que é necessário coragem para enfrentar essas formas de domínio, e que “cursos de formação docente devem garantir essas discussões para que as e os futuros docentes percebam as tentativas de dominação disfarçadas de políticas públicas, (...) precisam assumir uma postura de combate às desigualdades e discriminações sociais”. Dessa maneira, se levarmos em consideração a entrada efetiva das questões de gênero nos currículos dos cursos superiores do país, como veremos na seção seguinte, podemos nos localizar entre aqueles que criticam o



currículo, mas que vislumbram condições para uma transformação possível, desde que se intensifique a participação de todos os grupos interessados na construção do currículo e na validação de seus conhecimentos.

É bem verdade que não podemos deixar de fora da discussão um breve apontamento feito por Apple (1989), quando mencionou o fato de correremos o risco em armadilhas extremas, de um lado, a que concebe grande importância à escola (e o currículo) e, do outro, a que não a reconhece com papel tão determinante assim para o desenvolvimento das relações sociais, sejam elas materiais ou simbólicas. Embora o exemplo esteja inserido num contexto próprio, onde o autor estabelece uma retrospectiva histórica teórica sobre a crítica educacional, fazemos aqui referência para indicar que, muito embora seja fundamental a atualização dos currículos – sejam eles da educação básica ou do ensino superior – de modo a perseguir cada vez mais um alinhamento à realidade social, não podemos tratar as instituições educacionais de forma supervalorizada, a ponto de isolá-las das demais instituições (e engrenagens) que compõe a realidade.

Em termos práticos ao que foi elucidado acerca do currículo, suas disputas por legitimidade de visões de mundo e as tensões que envolvem as relações de poder e interesses, podemos ver, como um dos exemplos mais evidentes desse processo, a retirada e supressão de termos como “gênero” da orientação curricular no Brasil, sob a tutela de um determinado grupo interessado em invisibilizar qualquer menção à “gênero” ou “orientação sexual” no âmbito educacional, excluindo até mesmo o termo “gênero alimentício” das metas do Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro, ocorrendo o mesmo no Plano Nacional de Educação, em 2014, e na atualização de 2018 da Base Nacional Comum Curricular.

Dessa forma, negar esses termos e essa pauta da diversidade, dos diferentes corpos, gêneros e sexualidades é negar ao currículo formal, seja ele real ou oculto, um elemento fundamental dos direitos humanos. É negar, ainda, uma pluralidade cultural existente na realidade e que se materializa, sobretudo, nas instituições de ensino. O âmbito educacional é formador social de indivíduos autônomos, e precisa, de fato, assumir este papel. Justamente por isso que intencionamos demonstrar, por meio de dados extraídos da observação documental, os níveis de representatividade da temática de gênero na universidade aqui estudada, conforme o que será apresentado na seção a seguir.



### 3. DESVELANDO A REALIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO EM RELAÇÃO À PRESENÇA DOS ELEMENTOS DE GÊNERO NOS SEUS CURRÍCULOS

Segundo o site oficial da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, há ao todo nove *Campus*, sendo eles: Bacabal, Balsas, Chapadinha, Codó, Grajaú, São Luís, Imperatriz, Pinheiro e São Bernardo. Ressaltamos que para nossas inferências neste estudo, estabelecemos uma análise dos 42 cursos de licenciatura devidamente distribuídos nos *Campus* acima mencionados.

Configurando a realidade dos cursos de licenciatura existentes, tem-se que no *Campus* Bacabal há 07 licenciaturas, quais sejam: Sociologia, Filosofia, Letras Português, Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática, Educação do Campo – Ciências Agrárias, Física e Biologia. No *Campus* de Balsas inexistente oferta de licenciatura, enquanto no *Campus* de Chapadinha há apenas Ciências Biológicas, no *Campus* de Codó há a licenciatura em Ciências Biológicas, Pedagogia e História, no *Campus* de Grajaú é ofertada a licenciatura em Química e a licenciatura em Geografia, no *Campus* de Imperatriz há a oferta de Biologia, Sociologia e Pedagogia, no *Campus* de Pinheiro há a oferta de Biologia, Educação Física, História e Filosofia, no *Campus* de São Bernardo há a oferta de Sociologia, Química, Língua Portuguesa e Música, enquanto no *Campus* de São Luís/Bacanga há a presença do maior quantitativo de licenciaturas, totalizando 18, a saber: Pedagogia, Artes Visuais, Estudos africanos e afro-brasileiros, Letras-Espanhol, Letras-francês, Licenciatura Letras-Inglês, Filosofia, Geografia, História, Libras, Música, Teatro Ciências Biológicas, Química, Matemática, Física, Educação Física e Ciências Sociais.

No Quadro I abaixo, seguem as disciplinas que apresentam em sua ementa ou bibliografia alguma das seis *strings* de busca selecionadas para este estudo, quais sejam gênero, sexo, mulher, feminismo, direitos humanos e diversidade.

O Quadro I está organizado pelas seis grandes áreas de conhecimento do CNPQ que compõem a universidade estudada, apresentando os respectivos cursos por ordem de campus: Bacabal, Grajaú, Codó, Imperatriz, Pinheiro, São Bernardo, São Luís.



**Quadro 1: Análise de disciplinas por universidade, campus e curso – Universidade Federal do Maranhão**

Campus	Curso	Disciplina selecionada
<b>Ciências Humanas</b>		
Bacabal	Sociologia	Cultura, identidade e diversidade
		Produção e organização do espaço agrário e urbano
		Educação para diversidade
		Estado e sociedade
		Educação, Cultura e Sociedade
		Sociologia das diferenças
		Geografia e movimentos sociais
		Identidade e gênero nas religiões de matrizes africanas
		Estudos culturais
		Teoria Antropológica
		História, poder e cidadania
		Sociologia do Lazer
Corpo, gênero e sexualidade		
Bacabal	Filosofia/ Ciências Humanas	Ética e Cidadania
		Identidade e gênero nas religiões de matrizes africanas
		Cultura, identidade e diversidade
		Educação para a diversidade
		Sociologia do lazer
Sociologia da cultura		
Grajaú	Geografia	Cultura, identidade e diversidade
		Identidade e gênero nas religiões de matrizes Africanas
		Estudos culturais
		Sociologia das diferenças
		Corpo, gênero e sexualidade
		Teoria antropológica
		História, poder e cidadania
Sociologia do Lazer		
Codó	Pedagogia	Currículo
		Educação e a mulher
		Educação e a terceira idade
		Educação não escolar
		Historiografia da educação brasileira
		Fundamentos antropológicos da educação
		Direitos humanos, interculturalidade e inclusão
		História e política para a educação étnico-racial e bilingue
		Etnometodologias e práticas da educação indígena
		Educação e diversidade cultural
		Educação indígena
		Direitos humanos, interculturalidade e inclusão
		Educação para a saúde
		Poder, controle social e práticas educativas
		Direitos humanos, interculturalidade e inclusão
		Educação e a mulher
		Gênero, sexualidade e direitos
		Escola e diversidade: a educação para os direitos humanos
		Identidade e gênero nas religiões de matrizes africanas
		Codó



		Cultura, identidade e diversidade
		Estudos culturais
		Sociologia das diferenças
		Corpo, gênero e sexualidade
		Teoria antropológica
		História, poder e cidadania
		Estado e sociedade
		História do Brasil e do Maranhão República
		Sociologia do lazer
		Sociologia das diferenças
		Geografia e movimentos sociais
		Educação para a diversidade
		Tópicos especiais em cultura, religião e dinâmicas de poder
		Folclore e cultura popular
		Cidadania e cultura no tempo
		Cultura, identidade e diversidade
		Produção e organização do espaço agrário e urbano
		Educação para diversidade
		Estado e sociedade
		Educação, Cultura e Sociedade
		Sociologia das diferenças
		Geografia e movimentos sociais
		Identidade e gênero nas religiões de matrizes africanas
		Estudos culturais
		Teoria Antropológica
		História, poder e cidadania
		Sociologia do Lazer
		Corpo, gênero e sexualidade
Imperatriz	Sociologia	Educação e a mulher
		Educação e a terceira idade
		Educação não escolar
		Historiografia da educação brasileira
		Fundamentos antropológicos da educação
		Direitos humanos, interculturalidade e inclusão
		História e política para a educação étnico-racial e bilingue
		Etnometodologias e práticas da educação indígena
		Educação e diversidade cultural
		Educação indígena
		Direitos humanos, interculturalidade e inclusão
		Educação para a saúde
		Poder, controle social e práticas educativas
		Direitos humanos, interculturalidade e inclusão
		Currículo
	Pedagogia	Educação especial
		Cultura, identidade e diversidade
		Identidade e gênero nas religiões de matrizes africanas
		Corpo, gênero e sexualidade
		Educação para diversidade
		Sociologia do lazer
Pinheiro	Filosofia	Sociologia da cultura
Pinheiro	História	Identidade e gênero nas religiões de matrizes africanas



		Cultura, identidade e diversidade
		Sociologia das diferenças
		Corpo, gênero e sexualidade
		Teoria antropológica
		História, poder e cidadania
		Produção e organização do espaço agrário e urbano
		Estado e Sociedade
		História do Brasil e do Maranhão República
		Sociologia do lazer
		Folclore e cultura popular
		Sociologia das diferenças
		Cidadania e cultura no tempo
		Tópicos especiais em cultura, religião e dinâmicas de poder
		Educação para diversidade
		Geografia e movimentos sociais
São Bernardo	Sociologia	Cultura, identidade e diversidade
		Produção e organização do espaço agrário e urbano
		Educação Para a diversidade
		Estado e sociedade
		Educação, Cultura e Sociedade
		Sociologia das diferenças
		Geografia e movimentos sociais
		Identidade e gênero nas religiões de matrizes africanas
		Estudos culturais
		Teoria Antropológica
		História, poder e cidadania
		Sociologia do Lazer
		Corpo, gênero e sexualidade
São Luís	Pedagogia	Educação e a mulher
		Educação e a terceira idade
		Educação não escolar
		Historiografia da educação brasileira
		Fundamentos antropológicos da educação
		Direitos humanos, interculturalidade e inclusão
		História e política para a educação étnico-racial e bilingue
		Etnometodologias e práticas da educação indígena
		Educação e diversidade cultural
		Educação indígena
		Direitos humanos, interculturalidade e inclusão
		Educação para a saúde
		Poder, controle social e práticas educativas
		Direitos humanos, interculturalidade e inclusão
		currículo
		Educação especial
São Luís	Ciências Sociais	Antropologia IV



		Sociologia da família
		Sociologia da sexualidade
		Antropologia I
São Luís	Filosofia	Ética e Cidadania
São Luís	Geografia	Não consta
São Luís	História	História moderna: religião, cultura e sociedade
		História antiga
		História medieval
		História indígena e indigenismo
		História do maranhão republicano
		História da África antiga
		Educação especial
São Luís	Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro- Brasileiros	Educação, Gênero e Sexualidade
		Filosofia e diversidade
		Literatura africana e afro-brasileira I
		Educação em direitos humanos
		História da educação
		Eixo interdisciplinar grandes pensadores(as) africanos(as) E da diáspora
		Eixo interdisciplinar políticas antirracista no mundo
		Gestão e políticas públicas em relações étnico-raciais
		Movimentos sociais e relações étnico-raciais na américa Latina
		Geografia da África I: população, cidades e geoconomia
		Geografia da África II: recursos, riscos e conflitos
		Socioambientais
		Sociologia geral
		Antropologia e cultura
		Sociologia africana
		África: historiografia, sociedades e culturas da Antiguidade
		Currículo
		Educação das relações étnico-raciais I
		Educação das relações étnico-raciais II
		Educação escolar quilombola
África e suas linguagens		
Ciências da Saúde		
Pinheiro	Educação Física	Cultura corporal e diversidade étnico racial
		Metodologia no Ensino da Natação
		Capoeira na Escola
São Luís	Educação Física	Cultura corporal e diversidade étnico racial
		Fundamentos e Metodologia no Ensino da Natação
		Capoeira na Escola
Ciências Exatas e da Terra		
Bacabal	Física	Identidade e gênero nas religiões de matrizes africanas
		Educação para diversidade
		Educação, cultura e sociedade
		Genética e evolução
Bacabal	Ed. do campo –	Não consta



	Ciênc. da Nat. e Mat.	
Grajaú	Química	Identidade e Gênero Nas Religiões de Matrizes Africanas
		Educação Para a Diversidade
		Educação, cultura e sociedade
		Genética e evolução
São Bernardo	Química	Identidade e Gênero Nas Religiões de Matrizes Africanas
		Genética e evolução
		Educação Para a diversidade
		Educação, cultura e sociedade
São Luís	Física	Não consta
São Luís	Matemática	Política Educacional Inclusiva III
		Cultura e Ética Profissional
São Luís	Química	Não consta
Ciências Biológicas		
Bacabal	Biologia	Educação para diversidade
		Genética e evolução
		Instrumentação para o ensino de ciências naturais
Codó	Biologia	Identidade e Gênero Nas Religiões de Matrizes Africanas
		Genética e evolução
		Educação Para a Diversidade
		Educação, cultura e sociedade
Imperatriz	Biologia	Identidade e Gênero nas Religiões de Matrizes Africanas
		Educação para a Diversidade
		Educação, cultura e sociedade
		Genética e Evolução
Pinheiro	Biologia	Identidade e gênero nas religiões de matrizes africanas
		Genética e Evolução
		Educação para diversidade
		Educação, cultura e sociedade
São Luís	Ciências Biológicas	Genética II
		Metodologia do Ensino em Ciências e Biologia
Linguística, Letras e Artes		
Bacabal	Letras-Português	Educação para diversidade
		Educação em direitos humanos e ética* disciplina suprimida em 2019
São Bernardo	Música	Currículo e cotidiano escolar
		Formação de professores e prática docente na Contemporaneidade
		Linguagem e diversidade: pesquisa e intervenção escolar
		Educação musical inclusiva e direitos humanos
		Educação e direitos humanos
São Bernardo	Linguagens e códigos/ língua portuguesa	Currículo e cotidiano escolar
		Formação de professores e prática docente na Contemporaneidade
		Linguagem e diversidade: pesquisa e intervenção escolar
		Educação e direitos humanos
		Literatura infanto-juvenil
		Linguística aplicada ao ensino de língua materna
São Luís	Artes Visuais	Cultura imaterial regional



Educação Especial		
São Luís	Letras- Espanhol	Não consta
São Luís	Letras- Francês	Não consta
São Luís	Letras -Inglês	Não consta
São Luís	Letras – Libras	Processos e métodos na alfabetização de jovens e adultos
		Cultura e identidade surda
		História e cultura africana e indígena
São Luís	Música	Música e Cinema
		Fundamentos e Práticas da Educação Musical I
		História da Música Brasileira II
São Luís	Teatro	Disciplina: História do Teatro II
Ciências Agrárias		
Bacabal	Educ. do campo – Ciênc. Agrarias	Não consta

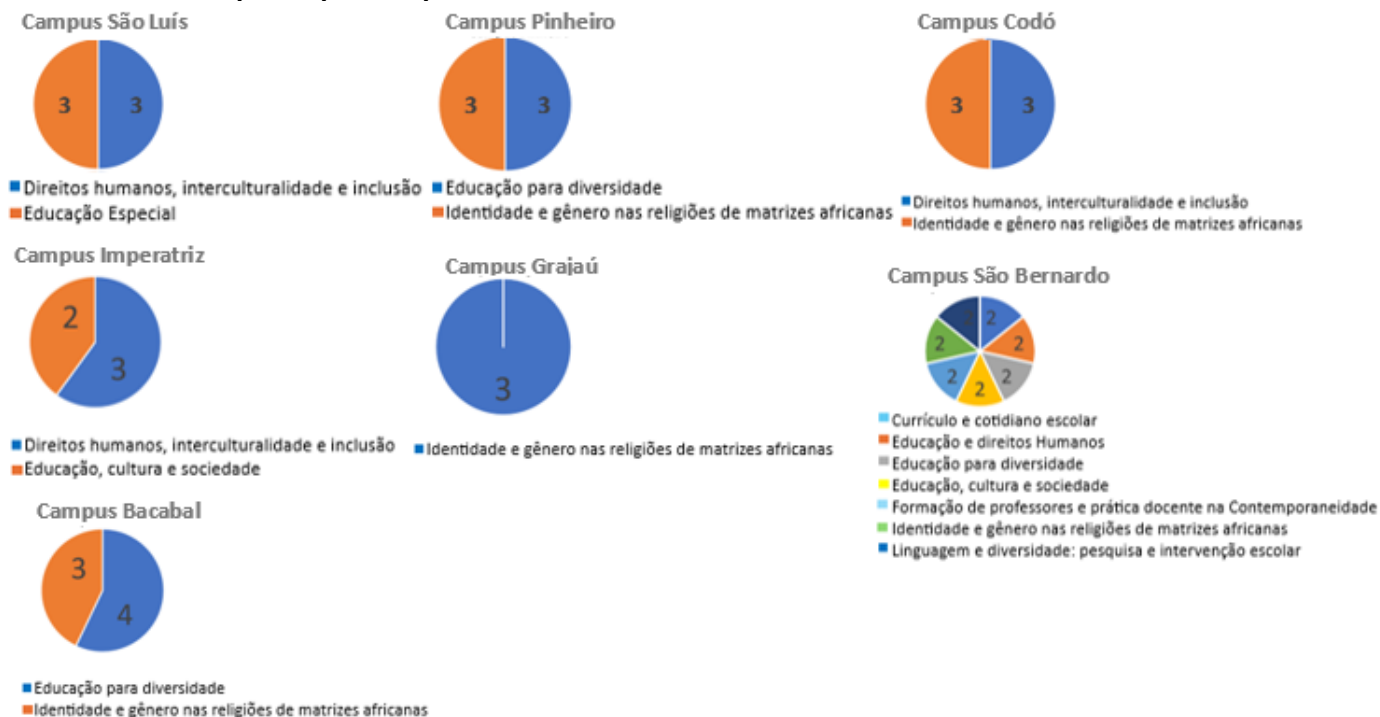
Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados pesquisados.

Observa-se pelos dados acima que o denominador comum é a disciplina “Educação Para Diversidade”, porém tal disciplina não aparece em todas as licenciaturas, e em algumas não consta sequer uma única disciplina voltada aos conteúdos de gênero. Percebe-se, também, que dentro de uma mesma instituição universitária, na mesma região, há uma diferença substancial de como essa temática é abordada, a depender de decisões particulares do corpo acadêmico. Este aspecto ocorre pela ausência de uma recomendação específica e de um impulso normativo nessa seara da formação humanística do indivíduo, que tende sempre a priorizar conhecimentos mais técnicos e voltados para o mercado de trabalho.

Importante destacar ainda que as áreas de conhecimento que não exploram a temática de gênero, em nenhuma de suas disciplinas, com base no que fora elencado são as engenharias, as ciências sociais aplicadas e as ciências agrárias. Não é demais assinalar que, em uma análise mais ampliada, pode-se constatar que a disciplina com maior recorrência na temática gênero é a de “Identidade e gênero nas religiões de matrizes africanas”, presente em 13 licenciaturas, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1 abaixo:



**Gráfico 01: Disciplinas por campus com maior recorrência – Universidade Federal do Maranhão**



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados pesquisados.

Para um estudo mais minucioso acerca da presente temática, buscou-se em cada curso, disciplina, ementa e Projeto Político Pedagógico, analisar a quantidade de repetições de cada *strings* de busca, para avaliar como se abordam as questões de gênero a partir desses termos, obtendo-se os resultados evidenciados no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2: String de busca Universidade Federal do Maranhão.**

	Gênero	Diversidade	Direitos humanos	Feminismo	Mulher	Sexo
Bacabal	7	13	1	1	4	2
Balsas	0	0	0	0	0	0
Chapadinha	0	0	0	0	0	0
Codó	12	11	4	1	8	3
Grajaú	6	3	0	0	1	2
São Luís	12	32	3	0	12	6
Imperatriz	8	12	2	1	5	5
Pinheiro	9	10	2	1	5	3
São Bernardo	6	13	3	1	2	3
Total	60	94	15	5	37	24

Fonte: Elaborado pelas Autoras com base nos dados pesquisados.

Com base em todo exposto, levando em conta o referencial teórico trabalhado e tendo ainda por base os dados levantados nos currículos e projetos políticos pedagógicos



dos cursos ora estudados, pode-se, a partir do que Bardin (2016) chama de triangulação dos dados, inferir que as licenciaturas da Universidade Federal do Maranhão estão aquém de uma Educação que contemple, de forma desejável, a temática de gênero, a qual é indispensável a uma formação humanística mais sólida. Não é demais aqui, retomando o que fora declinado nas linhas iniciais deste trabalho, quando, ao se citar a carta constitucional brasileira se fez alusão ao direito a uma educação gratuita e de qualidade para todos, trazer o que abordam Andrade e Simões (2020), quando nos dizem “[...]. Para tanto, cabe lembrar que, entendido o direito à educação como direito humano fundamental, um direito social constitucionalmente protegido, estão garantidos também o da igualdade de condições para o acesso [...]”. Assim, não nos basta que a educação seja ofertada se não estão sendo concedidas possibilidades igualitárias de acesso aos diversos temas e conteúdos indispensáveis a um constructo social mais ampliado.

#### 4. CONCLUSÃO

Deu-se início à construção deste estudo trabalhando algumas considerações mais gerais acerca do currículo, sedimentando o caminho que culminou no objeto da pesquisa, a qual investigou, por meio dos currículos das licenciaturas ofertadas na Universidade Federal do Maranhão, como se dá a abordagem da temática de gênero.

Os dados da pesquisa mostraram-nos diversas possibilidades de inferências, dentre elas, que os debates de gênero em sua maioria estão em crescimento, porém, ainda realizados com enfoque apenas nos cursos de ciências humanas e sociais. Quando pensamos nos cursos de Ciências Exatas, tomando por exemplo um professor de física que se depara com situações diárias envolvendo perspectivas de gênero, como desigualdades e machismo, fica o questionamento: como o mesmo lidará com essa questão no espaço escolar, ou até mesmo, como não reproduzirá esses comportamentos, se, em sua formação, não houve debates suficientes que o preparassem para o mesmo?

Outras perguntas que também ficam para pensarmos o quão essa questão de gênero é forte na sociedade, não existindo, todavia, um documento oficial norteador ou uma lei federal específica no Brasil que exija explicitamente a inclusão de discussões de gênero no currículo do ensino superior, obrigando as instituições de ensino superior a abordarem a temática. Dessa forma, tal debate fica por responsabilidade das próprias instituições, as quais, no momento de concepção de seus currículos, decidem se inserem ou não, optando, na maioria das vezes, como aqui constatado, por relegar a temática a um segundo plano, subalternizando-a.





Outra evidência no percurso da pesquisa foi a de que, infelizmente, a cota de gênero não mais existe, sendo integrado em outras categorias. Assim, indaga-se: Será que as cotas já fizeram seu propósito de reparação histórica? Ou será que o desejo mais latente é o de querer afastar novamente as mulheres da Universidade? Diante dessas indagações, fulcral refletir acerca das estruturas hierárquicas e de poder na própria Educação. Quem são as pessoas que assumem os ministérios e secretarias de Educação e que tem o poder de inserir esses debates? Por que ainda é majoritariamente uma bancada branca, cis, hétero, masculina?

A formação de professores desempenha um papel crucial na transmissão de conhecimentos, valores e atitudes aos alunos, sendo essencial que os educadores estejam preparados para abordar questões de gênero de maneira sensível, inclusiva e informada, observando-se, assim, que a pauta de gênero que se fez presente nesse trabalho é essencial para preparar os professores com foco em uma abordagem inclusiva, tendo recursos para debater no âmbito educacional, integrando a perspectiva de gênero em todas disciplinas, desconstruindo estereótipos e auxiliando no combate ao racismo, discriminação, machismo, sexismo e outras formas de opressão, repensando os moldes sociais discriminatórios e meios de rompê-los.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5.

ANDRADE, Jemina de Araújo Moraes; SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz. **Educação Superior: um direito de todos?** Práxis Educacional. v. 16, n. 37, p. 393-407, jan.,

2020. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6190>. Acesso em: 01 abr. de 2024.

APPLE, M. W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1989.

APPLE, Michael W. **Conhecimento oficial** - a educação democrática numa era conservadora. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **V pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. São Paulo, 2019. Disponível em: < <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf> >. Acesso em: 21/03/2023

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.



BRASIL. **Mulheres brasileiras na educação e no trabalho**. Censo Brasileiro de 2019. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-naeducacao-e-no-trabalho.html>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CORAZZA, S. **O que quer um currículo: pesquisas pós-críticas em educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIROUX, H. A. **Escola Crítica e Política Cultural**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma Pedagogia Crítica da Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, N.L. **Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual**. Educ. Soc. [online]. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kWym5qKLCgwjzBGPCBZYsM/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

GOODSON, I. F. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

POPKEWITZ, T. S. **História do Currículo, Regulação Social e Poder**. In: T. T. Silva (org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, p. 173-210, 1994

MOREIRA; TOMAZ. T. da Silva (orgs.). **Currículo, sociedade e cultura**. São Paulo: Cortez, 1999: p.7-38

SILVA, Adrielen Amancio da; ARAÚJO, João Fernando de; JESUS, Adriana Regina de. **Gênero e sexualidade nos currículos de Pedagogia do paraná**. Revista Fórum Identidades, Itabaiana-SE, v. 33, n. 1, p. 113–128, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/15499> Acesso em: 01 abr. de 2024.

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues; CHAVES, Carlos Alberto Paraguassú; PEREIRA, Carlos Eugênio. **Os currículos na compreensão da educação como direito humano: dignidade e cidadania na reflexão ação curricular**. Revista Teias. v. 22, n. especial, p. 61-72, out./dez. 2021.

